

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	9
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	10
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, o Grupo operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.1, 4.a e 5.b.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem <i>Curtailmnt</i> (RS) (i)	(-) <i>Curtailmnt</i> (RS) (i)	Receita bruta com <i>Curtailmnt</i> (RS) (i)
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37,59%	10.183	(3.308)	33.991
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	32.643	20.372	12.271	37,59%	10.392	(3.294)	30.899
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37,59%	9.751	(3.308)	31.014
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37,59%	9.901	(3.308)	30.931
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37,59%	10.413	(3.308)	30.853
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37,59%	9.890	(3.308)	30.052
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37,59%	8.964	(3.308)	30.361
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37,59%	9.282	(3.308)	33.119
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37,59%	9.196	(3.308)	36.769
Total:		294.867	184.020	110.847	37,59%	87.972	(29.758)	117.730

- (i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas indiretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a controlada da Companhia, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.
- (ii) Refere-se a média dos cortes

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta do Grupo foi de 25,27%, inferior ao percentual de corte energético (37,59%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* não superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022.

O Grupo entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento do Grupo, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que o Grupo terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração do Grupo, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração do Grupo adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação do Grupo, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora GIP Helios II S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Paracatu, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Venda de Energia Elétrica

Veja as notas 06 e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita de Venda de Energia Elétrica no montante de R\$216.919 mil, conforme divulgado na nota explicativa 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de comercialização e fornecimento de energia elétrica aos consumidores livres. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito em troca destes bens.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem que haja o cumprimento da obrigação de desempenho.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação das políticas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia no reconhecimento das receitas de venda de energia elétrica;• Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de venda de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia comercializado, bem como o período de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia.• Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de venda de energia elétrica; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de venda de energia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A

Balancos Patrimoniais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8	88.548	15.940	137.613	23.992	Fornecedores	14	26	154	69.058	225.264
Contas a receber	9	-	-	71.694	57.780	Obrigações fiscais		1.012	12	3.015	3.824
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21	632	536	5.803	4.258	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	44.335
Impostos a recuperar		5	5	865	317	Imposto de renda e contribuição social	21	-	9	2.562	23
Adiantamento a fornecedores		14	141	28	5.014	Passivo de arrendamento	11	-	-	121	1.977
Despesas antecipadas		-	-	1.850	175	Outras contas a pagar	14	7	-	5.066	8.176
Outras contas a receber		-	-	-	860						
Total do ativo circulante		89.199	16.622	217.853	92.396	Total do passivo circulante		1.045	175	79.822	283.599
Contas a receber - venda de participações societárias	1.3	1.411	5.436	1.411	5.436	Debentures	15	-	-	832.605	742.814
Outras contas a receber	21. c	5.360	1.540	5.360	2.185	Outras contas a pagar	14	-	1.540	-	1.540
Investimentos	10	642.388	92.189	-	-	Provisão para passivo a descoberto	10	-	35	-	-
Direito de uso	11	-	-	36.220	7.631	Tributos diferidos	21. c	1.822	-	1.822	-
Imobilizado em andamento	12	-	-	1.518.356	972.586	Provisão para desmobilização		-	-	21.987	-
Intangível	13	-	-	-	70.811	Passivo de arrendamento	11	-	-	36.098	5.956
Total do ativo não circulante		649.159	99.165	1.561.347	1.058.649	Total do passivo não circulante		1.822	1.575	892.512	750.310
						Patrimônio líquido	17				
						Capital social		882.013	266.443	882.013	266.443
						Reservas de hedge		3.538	-	3.538	-
						Prejuízos acumulados		(150.060)	(152.406)	(150.060)	(152.406)
						Total do patrimônio líquido		735.491	114.037	735.491	114.037
						Participação de não controladores		-	-	71.375	3.099
Total do ativo		738.358	115.787	1.779.200	1.151.045	Total do passivo e patrimônio líquido		738.358	115.787	1.779.200	1.151.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	-	-	216.919	85.797
Custos de operação	19	-	-	(145.847)	(89.183)
Lucro bruto		-	-	71.072	(3.386)
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(1.700)	(1.063)	(34.124)	(98.291)
Outras receitas e (despesas) operacionais	19	72	(506)	261	(6.546)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.628)	(1.569)	37.209	(108.223)
Receitas financeiras	20	33.110	3.934	43.312	29.853
Despesas financeiras	20	(53.639)	(10)	(68.179)	(43.485)
Resultado financeiro líquido		(20.529)	3.924	(24.867)	(13.632)
Resultado de equivalência patrimonial	10	24.763	(122.087)	-	-
Resultado antes dos impostos		2.606	(119.732)	12.342	(121.855)
Imposto de renda e contribuição social	21	(260)	(738)	(3.692)	(930)
Lucro / (prejuízo) do exercício		2.346	(120.470)	8.650	(122.785)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores:		2.346	(120.470)	8.650	(122.785)
Acionistas não controladores:		-	-	(6.304)	2.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro / (prejuízo) do exercício	2.346	(120.470)	8.650	(122.785)
Outros resultados abrangentes	3.538	-	3.538	-
Resultado abrangente do exercício	5.884	(120.470)	12.188	(122.785)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores:	5.884	(120.470)	5.884	(120.470)
Acionistas não controladores:	-	-	6.304	(2.315)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reservas de hedge	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
		Capital subscrito	Capital a subscrever					
Saldos em 31 de dezembro de 2023		111.365	40.241	-	(31.786)	119.820	-	119.820
Integralização de capital	18 a	247.353	(40.241)	-	-	207.112	-	207.112
Venda de participação societária	18 d	-	-	-	-	-	5.415	5.415
Reorganização societária	18 b	(92.275)	-	-	(150)	(92.425)	-	(92.425)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(120.470)	(120.470)	(2.315)	(122.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		266.443	-	-	(152.406)	114.037	3.100	117.137
Subscrição e integralização de capital	18 a	697.219	-	-	-	697.219	61.971	759.190
Redução de capital por cisão	18 b	(68.478)	-	-	-	(68.478)	-	(68.478)
Reorganização societária	18 b	(13.171)	-	-	-	(13.171)	-	(13.171)
Hedge de fluxo de caixa	18 d	-	-	3.538	-	3.538	-	3.538
Lucro do exercício	18 c	-	-	-	2.346	2.346	6.304	8.650
Saldos em 31 de dezembro de 2025		882.013	-	3.538	(150.060)	735.491	71.375	806.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.606	(119.732)	12.342	(121.855)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades financeiras:					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(24.763)	122.087	-	-
Depreciação	12	-	-	89	1.051
Depreciação do ativo de direito de uso	11	-	-	-	1.157
Baixa em arrendamento	11	-	-	57	-
Custo incorrido sobre financiamentos e debentures	15	11.914	-	14.762	983
Juros sobre financiamentos e debentures	15	36.200	-	45.117	40.736
Baixa em investimentos	10	61.973	-	61.973	-
Baixa de ativo imobilizado Cisão	12	-	-	10.821	2.432
Baixa de ativo imobilizado	12	-	-	3.448	-
Baixa intangível	13	-	-	55.859	-
Venda de participação societária	10	-	(22)	-	(22)
Juros sobre passivo de arrendamento	10	-	-	-	554
		87.930	2.333	204.468	(74.964)
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	1.120	(70.614)	(25.094)
Contas a receber - venda de participações societárias		4.025	-	4.025	-
Impostos a recuperar		-	(5)	(770)	(90)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(96)	(536)	(2.344)	(3.902)
Adiantamento a fornecedores		127	(135)	4.986	(3.843)
Despesas antecipadas		-	-	(1.684)	(171)
Outras contas a receber		1.540	(1.540)	556	(2.392)
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(128)	47	(136.076)	39.441
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	7.263	17.274
Obrigações fiscais		1.001	(16)	(710)	6.439
Outras contas a pagar		(1.538)	1.496	3.561	10.969
		92.861	2.764	12.661	(36.333)
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais					
Pagamento de juros de arrendamento	11	-	-	-	(554)
Pagamento de juros de debentures	15	(36.200)	-	(36.200)	(2.969)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(268)	(804)	(1.153)	(917)
		56.393	1.960	(24.692)	(40.773)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais					
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento					
Aportes de capital em investidas	10	(669.090)	(240.153)	-	-
Caixa proveniente de reorganização societária	1.2	-	-	(23.206)	-
Cessão onerosa	12	-	-	11.319	-
Aquisição de intangível	13	-	-	-	(450)
Aquisição ao ativo imobilizado	12	-	-	(527.661)	(900.358)
		(669.090)	(240.153)	(539.548)	(900.808)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Financiamentos tomados	15	-	-	-	1.122.000
Financiamentos pagos	15	-	-	-	(125.000)
Custo de captação de debentures	15	(11.914)	-	(19.358)	(45.936)
Captação de debentures tomados (principal)	15	500.500	-	500.500	-
Pagamento de principal de debentures	15	(500.500)	-	(500.500)	-
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	11	-	-	-	(988)
Caixa cindido decorrente de cisão parcial	1	-	-	-	(279.387)
Integralização de capital	17	697.219	207.112	697.219	207.112
		685.305	207.112	677.861	877.801
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento					
Aumento / (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		72.608	(31.081)	113.621	(63.780)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.940	47.021	23.992	87.772
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		88.548	15.940	137.613	23.992
		72.608	(31.081)	113.621	(63.780)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. (“Companhia” e/ou “Controladora”) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 7º andar, conjunto 71, Cidade Monções, São Paulo, capital do estado de São Paulo.

A Companhia tem como controlador integral a GIP Helios II S.A e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos nas controladas diretas e indiretas, conforme apresentados nota explicativa nº 2.

1.1 Curtailment

As controladas indiretas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

1.2 Autorizações para exploração

As controladas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livres. As controladas encontram-se em processo de fechamento contratual para fornecimento da energia gerada.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada indireta:

<i>Usina</i>	<i>Empresa</i>	<i>CEG ANEEL</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Estimativa de geração (MW/médio)</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Fase do Projeto</i>
UFV Boa Sorte 9	Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049194-2.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 10	Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049193 - 4.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 11	Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049195 - 0.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 12	Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049196 - 9.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 13	Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049197 - 7.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 14	Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049198 - 5.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 15	Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049199 - 3.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 16	Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049200 - 0.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 17	Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049201 - 9.01	18/03/2022 a 18/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em operação

1.3 Drop down e aquisição de ativos – participação societária 2025

i. Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Em janeiro de 2025 a Companhia cedeu mediante *drop down* para Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda. anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 2 Ltda.” a titularidade das ações do capital social da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada “Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.” Dessa forma, a Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda., tornou-se controladora do ativo recebido no valor de R\$ 55.444 equivalente ao patrimônio líquido da controlada na data base de 31 de janeiro de 2025.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	31/01/2025	Passivo	31/01/2025
Caixa e equivalentes de caixa	1.529	Fornecedores	21.903
Contas a receber	63.046	Obrigações sociais e trabalhistas	45.801
IRPJ e CSLL a recuperar	878	Obrigações fiscais	935
Impostos a recuperar	193	Passivo de arrendamentos	1.999
Adiantamento a fornecedores	789	Outras contas a pagar	16
Despesas antecipadas	9	Total do passivo circulante	70.654
Outras contas a receber	442		
Total do ativo circulante	66.886	Passivo de arrendamentos	5.779
		Total do passivo não circulante	5.779
Outras contas a receber	645		
Ativo de direito de uso	7.447	Patrimônio líquido	
Imobilizado	56.798		
Intangível	101		
Total do ativo não circulante	64.991	Capital social	223.592
		Prejuízos acumulados	(168.148)
		Total do patrimônio líquido	55.444
Total do ativo	131.877	Total do passivo e patrimônio líquido	131.877

- (i) No decorrer do processo de *drop down*, a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. realizou aporte de capital social no montante de R\$ 11.646.

ii. Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.

Em janeiro de 2025 a Companhia cedeu mediante *drop down* para Atlas Brasil Catarina Holding Ltda. anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 4”. a titularidade das ações do capital social da Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A. Dessa forma, a Atlas Brasil Catarina Holding Ltda., tornou-se controladora do acervo líquido recebido no valor de R\$ 8.949 equivalente ao patrimônio líquido da controlada na data base de 31 de janeiro de 2025.

Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora	Consolidado	Passivo	Controladora	Consolidado
	31/01/2025	31/01/2025		31/01/2025	31/01/2025
Caixa e equivalentes de caixa	711	942	Fornecedores	4.262	400
Impostos a recuperar	-	4	Obrigações sociais e trabalhistas	-	5
IRPJ e CSLL a recuperar	3	14	Dividendos a pagar	60	60
Adiantamento a fornecedores	7	7	Outras contas a pagar	8.134	8.137
Total do ativo circulante	721	967	Total do passivo circulante	12.456	8.602
Investimentos	6.714	-	Patrimônio líquido		
Imobilizado	7	2.621	Capital social	9.883	9.883
Intangível	14.863	14.863	Prejuízos acumulados	(34)	(34)
Total do ativo não circulante	21.584	17.484	Total do patrimônio líquido	9.849	9.849
Total do ativo	22.305	18.451	Total do passivo	22.305	18.451

- (i) No decorrer do processo de *drop down*, a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. realizou aporte de capital social no montante de R\$ 983.

(iii) Central Fotovoltaica Giovana SPE S.A de 1 a 8 “Grupo Giovana”.

Em janeiro de 2025 a Companhia cedeu mediante *drop down* para Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda. anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 5 Ltda.” a titularidade das ações do capital social da Central Fotovoltaica Giovana SPE de 1 a 8. Dessa forma a Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda., tornou-se controladora do acervo líquido recebido no valor de R\$ 3.153 equivalente ao patrimônio líquido da controlada na data base de 31 de janeiro de 2025.

Central Fotovoltaica Giovana SPE S.A 1 a 8 “Grupo Giovana”

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	<u>31/01/2025</u>	Passivo	<u>31/01/2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	376	Fornecedores	4.603
		Outras contas a pagar	4
Total do ativo circulante	<u>376</u>	Total do passivo circulante	<u>4.607</u>
Imobilizado	7.384	Patrimônio líquido	
		Capital social	3.248
Total do ativo não circulante	<u>7.384</u>	Prejuízos acumulados	(95)
		Total do patrimônio líquido	<u>3.153</u>
Total do ativo	<u><u>7.760</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>7.760</u></u>

(ii) No decorrer do processo de *Drop down*, houve aporte de capital social no montante de R\$ 3.120 nas investidas Central Fotovoltaica Giovana SPE de 1 a 8.

(iv) Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.

Em janeiro de 2025 a Companhia cedeu mediante *drop down* para Atlas Brasil Giovana Holding Ltda. anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 3 Ltda”. a titularidade das ações do capital social da Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda. anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 5 Ltda”. Dessa forma a Atlas Brasil Giovana Holding Ltda., tornou-se controladora do ativo acervo líquido no valor de R\$ 3.146 equivalente ao patrimônio líquido da controlada na data base de 31 de janeiro de 2025.

Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo	<u>31/01/2025</u>	<u>31/01/2025</u>	Passivo	<u>31/01/2025</u>	<u>31/01/2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	-	375	Fornecedores	1	4.605
			Obrigações fiscais	-	1
			Outras contas a pagar	6	12
Total do ativo circulante	<u>-</u>	<u>375</u>	Total do passivo circulante	<u>7</u>	<u>4.618</u>
Investimentos	3.153	-	Patrimônio líquido		
Imobilizado	-	7.389	Capital social	3.181	3.181
			Prejuízos acumulados	(35)	(35)
Total do ativo não circulante	<u>3.153</u>	<u>7.389</u>	Total do patrimônio líquido	<u>3.146</u>	<u>3.146</u>
Total do ativo	<u><u>3.153</u></u>	<u><u>7.764</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>3.153</u></u>	<u><u>7.764</u></u>

- (i) No decorrer do processo de *Drop Down*, houve aporte de capital social no montante de R\$ 3.120 nas investidas Central Fotovoltaica Giovana SPE de 1 a 8.

1.4 Reorganização societária e transferência de participações societárias sob controle comum

a. Alienação societária – Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.

Em 2024 a Companhia, firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. com a Votorantim Cimentos S.A., correspondente a venda de 10% das ações deste investimento. O valor da venda foi de R\$ 5.436 e está reconhecido no ativo não circulante. Seguem os montantes envolvidos na operação de venda ocorridos 2024.

	<u>Atlas Luiz Carlos Comercializadora</u> <u>Alienação de 10% das ações</u>
Receita na venda de participações societária (i)	5.436
Custo da participação nas investidas (ii)	<u>(5.414)</u>
Lucro na venda de participação societária	<u>22</u>

- (i) Conforme contrato firmado, a venda foi realizada em USD, e está sujeito a variação cambial sobre os saldos a receber.
- (ii) Conforme demonstrado na nota explicativa número 10.

Adicionalmente, em 2025 a Companhia procedeu com aumento de capital em sua controlada no montante de R\$ 619.726. Mediante acordo entre a compradora Votorantim Cimentos S.A. e vendedora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. do montante de capital integralizado em 2025, 10% (R\$ 61.973) foi atribuído como venda de participação societária.

b. Cisão parcial 2025

(i) Atlas Energia Renovável do Brasil Ltda., Atlas Brasil Giovana Holding Ltda. e Atlas Brasil Catarina Holding Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do acervo a ser cindido no montante de R\$ 81.648, decorrente das investidas Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda. anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 2 Ltda., Atlas Brasil Giovana Holding Ltda., anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 3 Ltda., e Atlas Brasil Catarina Holding Ltda., anteriormente denominada “Atlas Luiz Carlos Holding 4 Ltda.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos incorporados pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 28 de fevereiro de 2025. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda.	Acervo cindido - 28 de fevereiro de 2025	Acervo cindido - 28 de fevereiro de 2025
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	11.891	17.464
Contas a receber	-	50.521
Partes relacionadas	-	6.179
Impostos a recuperar	-	209
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	785
Despesas pagas antecipadamente	-	8
Outras contas a receber	-	2.489
Total do ativo circulante	11.891	77.655
Outras contas a receber	-	-
Investimentos	47.282	-
Direito de Uso	-	7.263
Imobilizado	-	53.533
Intangível	-	89
Total do ativo não circulante	47.282	60.885
Total do ativo	59.173	138.540
Passivo		
Fornecedores	2	6.309
Fornecedores partes relacionadas	-	13.758
Passivo de arrendamento	-	2.022
Obrigações fiscais	-	99
Obrigações sociais e trabalhistas	-	51.564
Outras contas a pagar	10	27
Total do passivo circulante	12	73.779
Passivo de arrendamento	-	5.600
Total do passivo não circulante	-	5.600
Patrimônio Líquido		
Capital social	91.094	91.094
Prejuízos acumulados	(31.933)	(31.933)
Total do patrimônio líquido	59.161	59.161
Total do passivo e patrimônio líquido	59.173	138.540

Atlas Brasil Giovana Holding Ltda.

	Acervo cindido - 28 de fevereiro de 2025	Acervo cindido - 28 de fevereiro de 2025
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.039	3.404
Total do ativo circulante	2.039	3.404
Investimentos	8.784	-
Imobilizado	-	7.451
Total do ativo não circulante	8.784	7.451
Total do ativo	10.823	10.855
Passivo		
Fornecedores	5	15
Obrigações fiscais	-	3
Outras contas a pagar	7	26
Total do passivo circulante	12	44
Patrimônio Líquido		
Capital social	10.872	10.872
Prejuízos acumulados	(61)	(61)
Total do patrimônio líquido	10.811	10.811
Total do passivo e patrimônio líquido	10.823	10.855

Atlas Brasil Catarina Holding Ltda.	Acervo cindido - 28 de fevereiro de 2025	Acervo cindido - 28 de fevereiro de 2025
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1.818	2.333
Impostos a recuperar	-	13
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	14
Total do ativo circulante	1.818	2.360
Investimentos	9.867	-
Imobilizado		2.687
Intangível		14.863
Total do ativo não circulante	9.867	17.550
Total do ativo	11.685	19.910
Passivo		
Fornecedores	2	48
Obrigações fiscais	-	31
Outras contas a pagar	11	8.159
Total do passivo circulante	13	8.238
Patrimônio Líquido		
Capital social	11.743	11.743
Prejuízos acumulados	(71)	(71)
Total do patrimônio líquido	11.672	11.672
Total do passivo e patrimônio líquido	11.685	19.910

Como parte do processo de cisão parcial das entidades a Companhia, transferiu o controle das seguintes Empresas:

 Empresa

Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda;
 Atlas Brasil Giovana Holding Ltda;
 Atlas Brasil Catarina Holding Ltda;

c. Cisão parcial

(i) Complexo Draco

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do acervo a ser cindido no montante de R\$ 19.840, decorrente das investidas do Complexo Draco.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos incorporados pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de junho de 2024. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

	Nota	<u>Acervo cindido - 31 de julho de 2024</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.656
Total do ativo circulante		13.656
Imobilizado em andamento	10	20.426
Intangível		115
Total do ativo não circulante		20.541
Total do ativo		34.197
Passivo		
Fornecedores	14	4.333
Obrigações fiscais		358
Imposto de renda e contribuição social	21	14
Outras contas a pagar	14	4.927
Total do passivo circulante		9.632
Outras contas a pagar	14	4.711
Total do passivo não circulante		4.711
Patrimônio Líquido		
Capital social – data do laudo de cisão (i)	17	19.854
Total do patrimônio líquido		19.854
Total do passivo e patrimônio líquido		34.197

(i) O período entre a data base do laudo de cisão e o período de aprovação da cisão parcial, gerou prejuízo de R\$ 13, que foram reconhecidos em prejuízos acumulados.

Decorrente do processo de cisão parcial, a Companhia realizou a redução de capital social no montante de R\$ 19.840, conforme descrito na nota explicativa nº 17.a

Como parte do processo de cisão parcial das entidades Draco a Companhia, transferiu o controle das seguintes Empresas:

Empresa

Atlas Juramento Comercializadora de Energia Ltda;
Draco 1 Energia SPE Ltda;
Draco 2 Energia SPE S.A.;
Draco 3 Energia SPE S.A.;
Draco 4 Energia SPE Ltda;
Draco 5 Energia SPE Ltda;
Draco 6 Energia SPE Ltda;
Draco 7 Energia SPE Ltda;
Draco 8 Energia SPE Ltda;
Draco 9 Energia SPE Ltda;
Draco 10 Energia SPE Ltda;
Atlas Project Holding 1 Ltda;
Atlas Project Holding 2 Ltda;
Atlas Project Holding 3 Ltda;
Atlas Project Holding 4 Ltda;

i. Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2024, a Companhia aprovou a cisão parcial do acervo a ser cindido no montante de R\$ 72.434, decorrente da cisão da investida Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

O objetivo da reorganização societária é segregar os portfólios do Grupo que estão em diferentes estágios. Os ativos líquidos incorporados pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 31 de julho de 2024. Abaixo seguem os acervos patrimoniais cindidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia:

	Nota	Acervo cindido - 31 de julho de 2024
Ativo		Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	8	265.731
Impostos a recuperar		17
Adiantamento a fornecedores		-
Total do ativo circulante		265.748
Investimentos	10	-
Imobilizado	12	82.054
Total do ativo não circulante		82.054
Total do ativo		347.802
Passivo		
Fornecedores	14	25.420
Obrigações fiscais		2.684
Imposto de renda e contribuição social	21	52
Outras contas a pagar	14	75
Total do passivo circulante		28.231
Financiamentos	15	247.000
Total do passivo não circulante		247.000
Patrimônio Líquido		
Capital social – data do laudo de cisão (i)	17	72.571
Total do patrimônio líquido		72.571
Total do passivo e patrimônio líquido		347.802

- (i) O período entre a data base do laudo de cisão e o período de aprovação da cisão parcial, gerou prejuízo de R\$ 147, que foram reconhecidos em prejuízos acumulados.

Decorrente do processo de cisão parcial, a Companhia realizou a redução de capital social no montante de R\$ 72.435, conforme descrito na nota explicativa nº 17.a

Como parte do processo de cisão parcial da investida Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda., a Companhia, transferiu o controle direto da Empresa e indireto das seguintes Empresas:

Empresa

Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda;
 Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda;

d. Transferência de investimentos sob controle comum – Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda

Em 28 de março de 2024 a Companhia transferiu a investida Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda para a investida direta Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda. Por ser o mesmo controlador, essa operação foi tratada como transação sob controle comum e dessa forma, o investimento foi transferido por valor de livros.

A composição do acervo transferido, componentes da Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda em 28 de março de 2024, estão demonstrados a seguir:

	Saldos transferidos
	28/03/2024
Ativo	
Equivalentes de caixa	763
Total do ativo circulante	763
Imobilizado	1.185
Total do ativo não circulante	1.185
Total do ativo	1.948
Passivo	
Fornecedores	91
Obrigações fiscais	4
Imposto de renda e contribuição social	2
Partes relacionadas	15
Outras contas a pagar	17
Total do passivo circulante	129
Patrimônio Líquido	
Capital social	1.870
Prejuízos acumulados	(51)
Acervo transferido para Companhia (i)	1.819
Total do passivo e patrimônio líquido	1.948

Decorrente da transferência de investimentos, a Companhia realizou o aumento de capital social na investida Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda., no montante de R\$ 61.915, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Holding 4 S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	2025		2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Catarina 1 Energia SPE Ltda; (b)	Brasil	-	-	-	100%
Catarina 2 Energia SPE Ltda; (b)	Brasil	-	-	-	100%
Catarina 3 Energia SPE Ltda; (b)	Brasil	-	-	-	100%
Catarina 4 Energia SPE Ltda; (b)	Brasil	-	-	-	100%
Catarina 5 Energia SPE Ltda; (b)	Brasil	-	-	-	100%
Catarina 6 Energia SPE Ltda; (b)	Brasil	-	-	-	100%
Catarina 7 Energia SPE Ltda; (b)	Brasil	-	-	-	100%
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	90%	-	90%	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A;	Brasil	-	90%	-	90%

Controladas	País	2025		2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.;	Brasil	-	-	100%	-
Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda; (b)	Brasil	-	-	100%	-
Atlas Brasil Giovana Holding Ltda; (b)	Brasil	-	-	100%	-
Atlas Brasil Catarina Holding Ltda; (b)	Brasil	-	-	100%	-
Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda; (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A. (b)	Brasil	-	-	100%	-

- (a) Em 28 de julho de 2024, foram transferidas 100% da participação nas investidas, decorrente da cisão parcial da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.c
- (b) Em 28 de fevereiro de 2025, foram transferidas 100% da participação nas investidas, decorrente da cisão da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.b

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2026

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos imobilizados onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração.

- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;

- **Intangível - nota explicativa nº 13:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis.

- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 24:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, A Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento de receita

As receitas são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de qualquer contraprestação variável. A receita é reconhecida mensalmente e quando há evidências convincentes de que houve:

- identificação dos direitos e obrigações no contrato com o cliente.
- identificação das obrigações de desempenho no contrato.
- determinação do preço para cada tipo de transação.
- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estabelecidas no contrato;
- cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas no contrato, seja dentro de um período específico ou ao longo da vigência do contrato. A receita não é reconhecida se houver incertezas significativas quanto à sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões.

Regime de tributação pelo lucro presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de empréstimos capitalizados, líquidos de depreciação acumulada e perda do valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
--	---------

A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva às terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 17.

(i) Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento dos contratos de arrendamento acontece mediante no momento da entrada em operação do parque fotovoltaico, dado que neste momento o reconhecimento e mensuração estão livres de incertezas acerca do preço e prazo e o parque está apto a iniciar sua geração.

g. Contabilidade de Hedge (“*hedge accounting*”)

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) com o intuito de proteger os futuros desembolsos para aumento de capital nas controladas necessários para as aquisições de equipamentos para a implementação das usinas fotovoltaicas. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – *NDF* (*Non Deliverable Forward*).

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, e posteriormente a valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de *hedge*, a fim de assegurar a relação de proteção.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de *hedge*. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de *hedge* acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

h. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação e mensuração subsequente

a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).
- ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender às seguintes condições:

- Instrumentos de dívida: é mantido em modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda; e os fluxos de caixa são apenas principal e juros.
- Instrumentos patrimoniais: pode ser designado, de forma irrevogável, ao VJORA no reconhecimento inicial, desde que não seja mantido para negociação.

a) *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

b) *Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

c) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) *Desreconhecimento*

a) *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor

contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros do Grupo encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

d. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso do Grupo os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

O Grupo adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,23% a.a.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

e. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços do Grupo, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** O Grupo precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

O Grupo monitora ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), o Grupo conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários (a)	490	-	28.073	1.011
Aplicações financeiras curto prazo (b)	88.058	15.940	109.540	22.981
Caixa e equivalentes de caixa	88.548	15.940	137.613	23.992

- (a) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 96,50% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Contas a receber MCP (a)	1.572	-
Contas a receber de clientes – Receita ACL (a)	67.890	6.187
Outras contas a receber (b)	-	46.714
Contas a receber de partes relacionadas (c)	2.232	4.879
	71.694	57.780

- (a) Contas a receber referente a energia de teste. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais.
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação teste em da planta no momento da energização inicial da mesma no Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- (c) Referem-se aos saldos provenientes da operação de venda de energia entre partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

10 Investimentos e passivo a descoberto

Composição do investimento e passivo a descoberto	Part. %	Patrimônio líquido (b)	Resultado do período (a)	Resultado de equivalência patrimonial (a)	2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.	90%	628.699	63.045	56.742	642.388
Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda	100%	73.103	(160.047)	(31.899)	-
Atlas Brasil Catarina Holding Ltda	100%	11.508	(229)	(44)	-
Atlas Brasil Giovana Holding Ltda	100%	10.888	23	(34)	-
		724.198	(97.208)	24.763	642.388

Composição do investimento e passivo a descoberto	Part. %	Patrimônio líquido (b)	Resultado do período (a)	Resultado de equivalência patrimonial (a)	2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	100%	55.323	(100.884)	(100.884)	55.323
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	(a)	-	(3)	(3)	-
Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.	100%	8.926	(215)	(215)	8.926
Atlas Juramento Comercializadora de Energia Ltda	(a)	-	(21)	(21)	-
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.	90%	27.895	(20.864)	(20.864)	27.895
Draco 1 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 2 Energia SPE S.A.	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 3 Energia SPE S.A.	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 4 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 5 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 6 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 7 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 8 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 9 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 10 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Draco 11 Energia SPE Ltda	(a)	-	(5)	(5)	-
Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda	(a)	-	151	151	-
Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda	100%	(6)	(13)	(13)	(6)
Atlas Brasil Giovana Holding Ltda	100%	(6)	(13)	(13)	(6)
Atlas Brasil Catarina Holding Ltda	100%	(9)	(13)	(13)	(9)
Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda	100%	(9)	(13)	(13)	(9)
Draco Conquista Comercializadora Ltda	(a)	-	(15)	(15)	-
Draco Holding Comercializadora S.A.	(a)	-	(14)	(14)	-
Atlas Project Holding 3 Ltda	(a)	-	(12)	(12)	-
Draco Renovável Comercializadora Ltda	(a)	-	(15)	(15)	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A.	100%	5	(11)	(11)	5
		92.154	(122.087)	(122.087)	92.154

(a) O resultado do período das investidas compreende os períodos os quais a Companhia deteve o controle das investidas, conforme reorganizações societárias realizadas demonstradas na nota explicativa nº 1.2.

(b) A seguir o demonstrativo dos investimentos e provisão para passivo a descoberto:

	2025	2024
Investimentos (i)	642.388	92.189
Provisão para passivo a descoberto (ii)	-	(35)
Total	642.388	92.154

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Composição dos investimentos	Part.%	31/12/2024	Aumento/Redução de capital	Cisão (iv)	Venda de investimentos (v)	Equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>							
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	(a)	55.323	(55.323)	-	-	-	-
Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.	(a)	8.926	(8.926)	-	-	-	-
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.	90%	27.895	619.726	-	(61.975)	56.742	642.388
Atlas Energia Renovável Do Brasil Holding Ltda	(a)	(6)	91.068	(59.161)	-	(31.902)	-
Atlas Brasil Giovana Holding Ltda	(a)	(6)	10.851	(10.811)	-	(34)	-
Atlas Brasil Catarina Holding Ltda	(a)	(9)	11.725	(11.672)	-	(46)	-
Atlas Giovana Comercializadora De Energia Ltda	(a)	(9)	9	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A.	(a)	5	(5)	-	-	-	-
Total		92.154	669.090	(81.644)	(61.975)	27.763	642.388

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Composição dos investimentos	Part.%	31/12/2023	Aumento de capital	Estorno de dividendos	Reorganização societária (iii)	Reorganização societária (i)	Alienação de investimentos (ii)	Equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>									
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	100%	45.215	110.992	-	-	-	-	(100.884)	55.323
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	(a)	622	1.200	-	-	(1.819)	-	(3)	-
Atlas Catarina Comercializadora de Energia S.A.	100%	8.202	879	60	-	-	-	(215)	8.926
Atlas Juramento Comercializadora de Energia Ltda	(a)	(21)	61	-	(19)	-	-	(21)	-
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda	90%	14.216	38.138	-	-	1.819	(5.414)	(20.864)	27.895
Draco 1 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.903	-	(1.884)	-	-	(5)	-
Draco 2 Energia SPE S.A	(a)	(14)	1.823	-	(1.804)	-	-	(5)	-
Draco 3 Energia SPE S.A	(a)	(14)	1.823	-	(1.804)	-	-	(5)	-
Draco 4 Energia SPE Ltda	(a)	(13)	1.822	-	(1.804)	-	-	(5)	-
Draco 5 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.823	-	(1.804)	-	-	(5)	-
Draco 6 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.823	-	(1.804)	-	-	(5)	-
Draco 7 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.838	-	(1.819)	-	-	(5)	-
Draco 8 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.838	-	(1.819)	-	-	(5)	-
Draco 9 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.788	-	(1.769)	-	-	(5)	-
Draco 10 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.788	-	(1.769)	-	-	(5)	-
Draco 11 Energia SPE Ltda	(a)	(14)	1.683	-	(1.665)	-	-	(5)	-
Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda	(a)	3.774	68.647	-	(72.571)	-	-	151	-
Atlas Luiz Carlos Holding 2 Ltda	100%	(13)	20	-	-	-	-	(13)	(6)
Atlas Luiz Carlos Holding 3 Ltda	100%	(13)	20	-	-	-	-	(13)	(6)
Atlas Luiz Carlos Holding 4 Ltda	100%	(13)	17	-	-	-	-	(13)	(9)
Atlas Luiz Carlos Holding 5 Ltda	100%	(13)	17	-	-	-	-	(13)	(9)
Atlas Project Holding 1 Ltda	(a)	(12)	20	-	7	-	-	(15)	-
Atlas Project Holding 2 S.A	(a)	(13)	21	-	6	-	-	(14)	-
Atlas Project Holding 3 Ltda	(a)	(13)	21	-	4	-	-	(12)	-
Atlas Project Holding 4 Ltda	(a)	(12)	20	-	7	-	-	(15)	-
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A.	100%	-	16	-	-	-	-	(11)	5
Total		71.753	240.153	60	(92.311)	-	(5.414)	(122.087)	92.154

- i. Em 28 de março de 2024 a Companhia transferiu a controlada direta, reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.c. Em 28 de fevereiro de 2024 a Companhia realizou a alienação de participação societária nas investidas Atlas Luiz Carlos Comercializadora S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.a
 - ii. Em 28 de fevereiro de 2024 a Companhia realizou a alienação de participação societária nas investidas Atlas Luiz Carlos Comercializadora S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.a
 - iii. Em 31 de julho de 2024, a Companhia realizou operação de reorganização societária, por meio de cisão parcial, no qual cindiu as investidas, conforme descrito na nota explicativa número 1.2.b.
 - iv. Conforme nota explicativa nº 1.4 b
 - v. Conforme nota explicativa nº 1.4 a
- a) O resultado do período das investidas compreende os períodos os quais o Grupo deteve o controle, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

11 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatário em contratos de aluguéis da sede da Companhia encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2024	Cisão (a)	Reconhecimento inicial	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaico	-	-	36.220	36.220
Arrendamento aluguel escritório	7.631	(7.631)	-	-
Total do ativo	7.631	(7.631)	36.220	36.220

- (a) Conforme nota explicativa nº 1
- (b) Durante o exercício de 2025 o Grupo reconheceu ativos e passivos de arrendamento referente aos parques das controladas da Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. no montante de R\$ 36.220.

	Consolidado			
	Valor líquido em 30/01/2024	Reconhecimento inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento aluguel escritório	3.739	5.049	(1.157)	7.631
Total do ativo	3.739	5.049	(1.157)	7.631

O prazo de amortização de direito de uso é limitado ao prazo remanescente da outorga de exploração. Em dezembro de 2025 as investidas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial do arrendamento mediante a obtenção do *substantial completion*. A amortização do direito de uso iniciará em 1º de janeiro de 2026.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento		
Arrendamentos parques fotovoltaicos	36.220	-
Arrendamento aluguel escritório	-	7.933
Total	36.220	7.933
Circulante	121	1.977
Não circulante	36.098	5.956

A movimentação do passivo de arrendamento, para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento inicial	Cisão	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento						
Arrendamento – Parque fotovoltaico e escritório sede	7.933	36.220	(7.933)	-	-	36.220
Total	7.933	36.220	(7.933)	-	-	36.220

Consolidado						
	Valor líquido em 30/01/2024	Reconhecimento inicial	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento						
Arrendamento – Escritório sede	3.872	5.049	(988)	(554)	554	7.933
Total	3.872	5.049	(988)	(554)	554	7.933

Mediante reconhecimento do arrendamento do parque fotovoltaico, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,23% a.a. e para o escritório sede a taxa utilizada é de 16,47% a.a.

12 Imobilizado

Conciliação custo imobilizado	2024	Cisão parcial (i)	Adições	Juros capitalizados	Cessão onerosa	Baixa	2025
Imobilizado em andamento	969.902	(8.135)	463.733	85.470	(11.319)	(3.448)	1.496.203
Benfeitorias	4.611	(4.699)	254	-	-	-	166
Equipamentos de informática	178	(181)	2	-	-	-	-
Desmobilização	-	-	21.987	-	-	-	21.987
Total	974.691	(13.015)	463.989	85.470	(11.319)	(3.448)	1.518.356
Depreciação acumulada							
Benfeitorias	(2.050)	2.135	(85)	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(55)	59	(4)	-	-	-	-
Total	(2.105)	2.194	(89)	-	-	-	-
Total ativo imobilizado	972.586	(10.821)	463.901	85.470	(11.319)	(3.447)	1.518.356

i. Decorrente do processo de cisão parcial realizada, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.b

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Conciliação custo imobilizado	2023	Adições	Cisão parcial (i)	Transferências (ii)	Baixas	2024
Imobilizado em andamento	35.367	1.095.409	(102.595)	(55.847)	(2.432)	969.902
Benfeitorias	4.611	-	-	-	-	4.611
Equipamentos de informática	178	-	-	-	-	178
Total	40.156	1.095.409	(102.595)	(55.847)	(2.432)	974.691
Depreciação acumulada						
Benfeitorias	(1.025)	(1.025)	-	-	-	(2.050)
Equipamentos de informática	(29)	(26)	-	-	-	(55)
Total	(1.054)	(1.051)	-	-	-	(2.105)
Total ativo imobilizado	39.102	1.094.358	(102.595)	(55.847)	(2.432)	972.586

ii. Decorrente do processo de cisão parcial realizada, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.b

ii. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia procedeu com a reclassificação de R\$ 55.847 referente a gastos classificados como ativo imobilizado e que foram transferidos posteriormente do ativo imobilizado para o intangível, conforme nota explicativa nº 13.

O Grupo avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

13 Intangível

Consolidado	30/01/2023	Adição	31/12/2024	Reorganização (i)	31/12/2025
Custo					
Direito de exploração (i)	14.514	450	14.964	(14.964)	-
Projetos em desenvolvimento (i)	-	55.847	55.847	(55.847)	-
Total	14.514	56.297	70.811	(70.811)	-

i. Conforme descrito na nota explicativa nº 1.4.

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços (a)	26	154	22.060	204.188
Compra de energia (b)	-	-	46.998	6.510
Fornecedores partes relacionadas (c)	-	-	-	14.566
Total de fornecedores	26	154	69.058	225.264
Outras provisões com serviços	7	1.540	5.066	9.716
Total de outras contas a pagar	7	1.540	5.066	9.716
Circulante	33	-	74.124	8.176
Não circulante	-	1.540	-	1.540
Total de fornecedores e outras contas a pagar	33	1.694	74.124	234.980

- a. Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos complexos fotovoltaicos em andamento.
- b. Compra de energia firmado bilateralmente no mercado de curto prazo.
- c. Saldos com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.
- d. Valores a pagar decorrente da aquisição de projeto em andamento, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.c

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

15 Debentures

Controladora	2025
Saldo inicial	-
Debêntures tomados (principal)	500.500
Juros pagos	(36.200)
Pagamento de debêntures	(500.500)
Juros incorridos	36.200
Custos incorridos no período	11.914
Custo de captação	(11.914)
Saldo em final	-
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	-

Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública pelo rito de registro automático, em série única, sob o código de negociação ATLN11 (ISIN: BRATLHDBS009), custodiadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e escrituradas pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O volume total da emissão foi de R\$ 500.000, representado por 500.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, sem atualização monetária e com prazo de vencimento em 27 de dezembro de 2027. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis, correspondente à variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa (spread) de 2,55% ao ano, na base 252 dias úteis, conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. Em 27 de agosto de 2025, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo devedor então vigente no montante de R\$ 339.070.

Consolidado	2025	2024
Saldo inicial	742.814	-
Debêntures tomados (principal)	500.500	875.000
Juros pagos	(36.200)	(2.969)
Correção monetária no período (i)	33.364	17.101
Pagamento de debêntures	(500.500)	(125.000)
Juros incorridos	97.223	23.635
Custos incorridos no período	14.762	983
Custo de captação	(19.358)	(45.936)

Saldo em final	832.605	742.814
Passivo circulante	-	
Passivo não circulante	832.605	742.814

- (i) Do total de juros incorridos, o Grupo reconheceu como despesa financeira o valor de R\$ 45.117 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) de modo que o valor de juros capitalizados ao imobilizado foi no montante de R\$ 85.470.

Em 17 de maio 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, pelo rito de registro automático, no volume de R\$765.000, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, com prazo de vencimento em 12 meses e remunerada a 100% da taxa DI, acrescido de sobretaxa de 2.20% ao ano. Do volume total, a Companhia realizou o desembolso apenas de R\$125.000, os quais foram integralmente repagos em agosto de 2024, com os recursos captados pela 1ª emissão de debêntures simples, as quais os detalhes constam abaixo.

Em 28 de junho de 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, no volume total de R\$750.000, sendo R\$200.000 para a primeira série e R\$550.000 para a segunda série, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. A primeira série possui vencimento em 12 anos, e a segunda série em 20 anos, ambas com carência de 2 anos. Ambas as séries são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Sobre o valor nominal unitário atualizado, a primeira série incide juros remuneratórios de 6.9708% ao ano, e a segunda série, 7,4150% ao ano. A Emissão foi caracterizada “Debêntures Verdes”, conforme parecer emitido pela Sustainable Fitch. A segunda série também contou ranking AA(bra), emitido pela Fitch Ratings.

Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da debênture captada, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o agente fiduciário a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

Garantias prestadas

A emissão de debêntures tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., sendo que as fianças são aplicáveis somente a segunda série. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do agente fiduciário, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
 - penhor de ações e quotas da Companhia e SPEs, de titularidade dos sócios e da tomadora nas SPEs, respectivamente;
 - penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia;
 - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
 - Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Luiz Carlos Comercializadora S.A.);
 - Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;
 - Fiança bancária para diferença entre equity aportado e Aporte Total vigente até a comprovação do Aporte Total.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

<u>Vencimento em:</u>	<u>2025</u>
2026	-
2027	208.151
2028	208.151
2029	208.151
2030 até 2048	<u>208.151</u>
	<u>832.605</u>

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão para bônus (a)	-	31.052
Provisão para férias e encargos	-	9.283
Encargos trabalhistas	-	<u>4.000</u>
Total	<u>-</u>	<u>44.335</u>

- (a) A provisão de bônus aos funcionários é definida de acordo com métricas individuais definidas pela Companhia.

17 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as investidas da Companhia têm a obrigação de devolver os terrenos arrendados onde os parques encontram-se instalados nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2025, as investidas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem das usinas fotovoltaicas e reconheceram como provisão para desmobilização o montante de R\$ 21.987, tendo em vista a obtenção do *substantial completion*, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término dos contratos de arrendamento, atualizando a valor presente por uma taxa definida em 9,96%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e será amortizado mensalmente, com início em 1º de janeiro de 2026, até o vencimento da outorga.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2025
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial (i)	21.987
Saldo final	21.987

- (i) Refere-se ao reconhecimento inicial de provisão de desmobilização pertinente às controladas da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 882.013 (R\$ 266.443 em 31 de dezembro de 2024), representado por 895.184 ações (266.043 ações em 2024), nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

Durante o exercício de 2025, a Companhia procedeu com subscrição e integralização de capital social no montante de R\$ 697.219 e redução de capital de R\$ 68.478. Em 2024 a Companhia procedeu com a subscrição de R\$ 247.353 e integralização de R\$ 207.112, obtendo um saldo de capital a subscrever de R\$ 40.241.

b. Reorganização societária – Cisão parcial

Conforme descrito no item “iii” acima, a Companhia aprovou a cisão parcial no montante de R\$ 68.478, composto pelo acervo líquido das Companhias: Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda., Draco 1 Energia SPE Ltda., Draco 2 Energia SPE Ltda., Draco 3 Energia SPE Ltda., Draco 4 Energia SPE Ltda., Draco 5 Energia SPE Ltda., Draco 6 Energia SPE Ltda., Draco 7 Energia SPE Ltda., Draco 8 Energia SPE Ltda., Draco 9 Energia SPE Ltda., Draco 10 Energia SPE Ltda., Draco 11 Energia SPE Ltda., Atlas Juramento Comercializadora de Energia Ltda; Atlas Project Holding 1 Ltda., Atlas Project Holding 3 Ltda., Atlas Project Holding 3 Ltda., e Atlas Project Holding 4 Ltda., assim como do ativo intangível incorporado. O acervo líquido cindidos decorrente da operação realizada, estão descritos na nota 1.2.b.

c. Reservas de hedge

A Companhia apresentou saldos positivo no montante de R\$ 3.538 em 31 de dezembro de 2025 (0 em 31 de dezembro de 2024) referentes a operação de hedge de fluxo de caixa.

d. Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou saldos de prejuízos acumulados de R\$ 163.263 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 152.406 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou lucro no exercício de R\$ 2.346 (R\$ 120.470 de prejuízo em 31 de dezembro de 2024).

e. Participação de não controladores

A Companhia reconhece como Participação de não controladores o valor de R\$ 71.375 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.099 em 31 de dezembro de 2024).

19 Receita operacional líquida

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do período:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita no mercado curto prazo (MCP)	27.238	-
Receita venda de energia (ACL)	206.176	77.013
Receita contrato geral de prestação de serviços	197	-
Receita com partes relacionadas (a)	-	17.824
Receita bruta total	233.611	94.837
Impostos sobre venda	(16.692)	(9.040)
Total da receita operacional líquida	216.919	85.797

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa 22.

Durante o exercício o Grupo gerou 117.801 MWh (0 MWh em 31 de dezembro de 2024).

20 Custos e despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica		
Compra de energia para revenda (b)	(131.213)	(84.620)
Depreciação e amortização	(89)	(2.208)
Operação e manutenção	(7.457)	(183)
Compra de energia para revenda partes relacionadas	-	(778)
Serviços técnicos	(7)	12
Encargo de uso da rede de energia elétrica	(5.517)	(25)
Custos com seguros	(590)	(145)
Compromissos ambientais e sociais	-	(11)
Custos compartilhados (a)	(483)	(334)
Outros	(491)	(891)
Total	(145.847)	(89.183)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal (c)	-	-	(26.763)	(59.081)
Contabilidade e auditoria	(231)	(238)	(1.073)	(1.706)
Serviços técnicos	(159)	(159)	(568)	(3.939)
Assessoria e advogados	(76)	(145)	(1.215)	(12.130)
Impostos e taxas	(1.041)	(182)	(1.667)	(1.893)
Internet e comunicação	-	-	-	(2.284)
Propaganda e publicidade	-	-	(105)	(848)
Licenças e despesas regulatórias	-	-	(663)	(4.625)
Despesas consumo do escritório	-	-	(170)	(2.149)
Despesas com viagens	-	(5)	(1.089)	(10.533)
Despesas com aluguel e condomínio	-	-	(128)	(566)
Outros	(193)	-	(683)	(2.726)
Despesas compartilhadas	-	(334)	-	4.189
Total	(1.700)	(1.063)	(34.124)	(98.291)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas e (despesas) operacionais				
Baixa de projetos não realizados	-	-	-	(3.260)
Baixa de imobilizado	-	-	-	(2.432)
Alienação de participação societária	-	-	-	22
Outras despesas e receitas	72	(506)	261	(876)
Total	72	(506)	261	(6.546)

- a) Referem-se ao repasse das despesas compartilhadas que ficam centralizadas na Companhia (conforme nota explicativa nº 22).
- b) Em 2025 e 2024 a Controlada direta, Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A, adquiriu energia elétrica para comercialização no mercado Livre. O aumento está relacionado ao crescimento da controlada na participação de mercado para a comercialização de energia.
- c) Com o processo de incorporação (conforme nota explicativa nº 1.2), foram transferidas para o Grupo as despesas com pessoal.

21 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.127	3.934	11.329	18.805
Ganhos com derivativos (b)	31.983	-	31.983	7.253
Variação cambial ativa (a)	-	-	-	3.795
	33.110	3.934	43.312	29.853

Despesa financeira				
Despesas bancárias	(5.525)	-	(5.802)	-
Despesa de juros com financiamentos	-	-	-	(40.736)
Carta de fiança	-	-	(474)	-
Apropriação dos custos de captação de financiamentos	-	-	-	(983)
Despesas com derivativos	-	-	13	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(173)	(554)
Despesas de juros com debentures e financiamentos (i)	(36.200)	-	(45.117)	-
Variação cambial passiva	-	-	(1.864)	-
Outros custos	-	-	(11.914)	-
Custos de captação incorridos no período	(11.914)	-	(2.848)	-
Carta de crédito e despesas bancárias	-	(10)	-	(1.065)
Perdas com derivativos	-	-	-	(147)
	(53.639)	(10)	(68.179)	(43.485)
Resultado financeiro, líquido	(20.529)	3.924	(24.867)	(13.632)

(i) Para o consolidado, conforme nota explicativa nº 15.

22 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do período

Controladora		
	Pós Cisão	Anterior a Cisão
Lucro real	2025	2025
	<hr/>	<hr/>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(46.856)	(44.675)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	36	8
Resultado de equivalência patrimonial	24.763	45.454
Receitas não tributadas	(100)	(11)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo (Prejuízo fiscal)	(22.157)	776
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	(260)
Alíquota efetiva	-	34%

Controladora		
Lucro real	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro / (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.606	(119.732)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	22.921	(1.342)
Resultado de equivalência patrimonial	(24.763)	122.087
Receitas não tributadas	-	-
Base de cálculo (Prejuízo fiscal)	764	1.013
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(260)	(738)
Alíquota efetiva	-	-

b. Valores reconhecidos no resultado do exercício - controladas

Apuração pelo lucro presumido	Consolidado	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta	87.971	-
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	7.038	-
Presunção da contribuição social - 12% (b)	10.557	-
Demais receitas – (a)	2.691	565
Base de cálculo do IRPJ (a)	9.999	565
Imposto de renda a alíquota de 15%	(1.500)	(85)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(976)	(57)
Total IRPJ	(2.476)	(141)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	13.518	565
Contribuição social a alíquota de 9%	(1.217)	(51)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(3.692)	(192)
Alíquota efetiva (*)	4%	34%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

O valor total de despesas de imposto de renda e contribuição combinadas da Companhia e das investidas diretas e indiretas é de R\$ 3.692 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2024). O saldo consolidado considera a despesa individual da controladora que está no regime lucro real e as controladoras, que estão no lucro presumido.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de reserva de *hedge*

	2025
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros	5.360
Base de cálculo	5.360
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social diferida reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial	(1.822)

23 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A Companhia tem como controlador integral a GIP Helios II S.A e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos a títulos de salários e bônus o montante de R\$ 3.617 (R\$ 3.603 em 31 de dezembro de 2024) pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A e compreende todas as empresas do Grupo Atlas.

c. Abaixo são demonstrados os saldos com partes relacionadas

	Receita / (Despesa)	
	2025	2024
Controladora		
 <u>Operações intercompany – Nacional</u>		
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	(483)	(334)
Total	(483)	(334)

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Consolidado	Contas a receber		Contas a pagar		Receita / (Despesa)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<u>(i) Operações com partes relacionadas – Nacional</u>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	(483)	-
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	50
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	235
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	-	30	-	-	-	325
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	-	-	-	28
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	-	334
Atlas Brasil Energia Holding 4 Ltda.	-	-	-	-	-	334
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	-	-	-	-	99
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	-	-	-	-	99
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	-	-	-	-	99
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	-	-	-	-	99
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	-	-	-	-	-	75
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda. (a)	-	-	-	-	-	75
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	-	-	-	-	-	36
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	-	-	-	-	-	36
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	-	-	-	-	-	36
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	20
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	20
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	20
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	20
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda	-	-	-	-	-	185
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda	-	-	-	-	-	185
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda	-	-	-	-	-	185
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda	-	-	-	-	-	185
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.	-	385	-	-	-	17.263
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A.	372	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A.	372	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.	372	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A.	372	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A.	372	-	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A.	372	-	-	-	-	-
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	77
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	-	-	-	-	-	285
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	-	-	-	-	-	285
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	-	14	-	-	-	285
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	-	-	-	-	-	130
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	-	-	-	-	-	65
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	-	-	-	-	-	65
Total	2.232	429	-	-	(483)	21.235

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<u>(ii) Operações com partes relacionadas – Internacional</u>						
Atlas Renewable Energy Chile Spa	-	-	-	2.161	-	-
Javiera Spa	-	45	-	-	-	-
Atlas Renewable Energy Spain S.L.U	-	148	-	-	-	-
Atlas Renewable Energy México S. DE R.L DE CV	-	3.361	-	1.104	-	-
Veja Solar 6 Sapi de CV	-	29	-	-	-	-
Atlas Holding Chile Dos SpA	-	729	-	4.301	-	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	-	127	-	7.000	-	-
COLIDIM S.A.	-	10	-	-	-	-
Total	-	4.449	-	14.566	-	-
Operação com partes relacionadas (ii)	<u>2.232</u>	<u>4.878</u>	<u>-</u>	<u>14.566</u>	<u>(483)</u>	<u>21.235</u>

(i) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas

As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

(ii) Refere-se à alocação de custos compartilhados com intercompanhias no exterior.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025 – Valor contábil		2025 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	88.058	490	109.540	28.073
Contas a receber	9	-	-	-	71.694
Contas a receber – venda de participação societária	1.2.a	-	1.411	-	1.411
Outras contas a receber		-	5.360	-	5.360
		<u>88.058</u>	<u>7.261</u>	<u>109.540</u>	<u>106.538</u>
Passivos					
Fornecedores	14	-	26	-	69.058
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	832.605
Outras contas a pagar	14	-	7	-	5.066
Total		<u>-</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>906.729</u>

Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	15.940	-	22.981	1.011
Contas a receber	9	-	-	-	57.780
Contas a receber – venda de participação societária	1.2.a	-	5.436	-	5.436
Outras contas a receber		-	1.540	-	3.045
		15.940	6.976	22.981	67.272
Passivos					
Fornecedores	14	-	154	-	225.264
Passivo de arrendamento	11	-	-	-	7.933
Financiamentos	15	-	-	-	742.814
Outras contas a pagar	14	-	1.540	-	9.716
Total		-	1.694	-	985.727

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	2025 Controladora		2025 Consolidado	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
		Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	88.548	88.548
Contas a receber	Nível 2	-	-	71.694	71.694
Contas a receber – venda de participação societária	Nível 2	1.411	1.411	1.411	1.411
Outras contas a receber	Nível 2	5.360	5.360	5.360	5.360
Fornecedores	Nível 2	26	26	69.058	69.058
Financiamentos	Nível 2	-	-	832.605	832.605
Outras contas a pagar	Nível 2	7	7	5.066	5.066
Total		95.352	95.352	1.122.807	1.122.807

	Nível (*)	2024 Controladora		2024 Consolidado	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
		Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	15.940	15.940
Contas a receber	Nível 2	-	-	57.780	57.780
Contas a receber – venda de participação societária	Nível 2	5.436	5.436	5.436	5.436
Outras contas a receber	Nível 2	1.540	1.540	3.045	3.045
Fornecedores	Nível 2	154	154	225.264	225.264
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	-	7.933	7.933
Financiamentos	Nível 2	-	-	742.814	742.814
Outras contas a pagar	Nível 2	1.540	1.540	9.716	9.716
Total		24.610	24.610	1.075.980	1.075.980

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável

b) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional a Companhia não apresenta exposição a tal risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	88.548	15.940	137.613	23.992
Contas a receber	-	-	71.694	57.780
Contas a receber - venda de participações societárias	1.411	5.436	1.411	5.436
Outras contas a receber	5.360	1.540	5.360	2.185
Total	95.319	22.916	216.078	89.393

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor		1 ano	2 - 5	6 - 10	Mais	
contábil	Total	ou menos	anos	anos	que	10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	69.058	69.058	69.058	-	-	-
Financiamentos	832.605	832.605	-	208.151	208.151	416.303
Outras contas a pagar	5.066	5.066	5.066	-	-	-
	906.729	906.729	74.124	208.151	208.151	416.303

31 de dezembro de 2024

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor		1 ano	2 - 5	6 - 10	Mais	
contábil	Total	ou menos	anos	anos	que	
					10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	225.264	225.264	225.264	-	-	-
Passivo de arrendamento	7.933	6.979	1.813	4.056	1.110	-
Financiamentos	742.814	742.814	-	742.814	-	-
Outras contas a pagar	9.716	9.716	8.176	1.540	-	-
	985.727	984.773	235.253	748.410	1.110	-

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iii) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos em aportar recursos à suas controladas referentes as aquisições de ativo imobilizado para a implementação das usinas de geração. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros	Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%

Controladora	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	88.058	98.845	13.484	16.181	(13.484)	(16.181)
Empréstimos e financiamentos	CDI	832.605	934.599	127.493	152.991	(127.493)	(152.991)

Consolidado	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	109.540	122.959	16.773	20.128	(16.773)	(20.128)
Empréstimos e financiamentos	CDI	832.605	934.599	127.493	152.991	(127.493)	(152.991)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Boletim Focus

25 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificada como provável ou possível.

26 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	<u>Controladora</u> 2025	<u>Consolidado</u> 2025
<i>Cisão parcial (i)</i>			
Contas a receber de clientes	9	-	50.521
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	6.179
Impostos a recuperar		-	221
Outras contas a receber		-	2.489
Despesas antecipadas		-	8
Fornecedores	14	-	(20.130)
Obrigações fiscais		-	(99)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(51.598)
Outras contas a pagar	14	-	(8.212)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21	-	799
Baixa em investimentos	10	81.648	-
Aquisição de imobilizado	12	-	63.671
Ativo de arrendamentos	11	-	(359)
Intangível	13	-	14.952
Patrimônio líquido	17.a	<u>(81.648)</u>	<u>(81.648)</u>
Caixa proveniente da cisão parcial		-	(23.206)
	Nota	<u>Controladora</u> 2024	<u>Consolidado</u> 2024
<i>Cisão parcial (i)</i>			
Impostos a recuperar			17
Fornecedores	14	-	(29.919)
Obrigações fiscais		-	(3.042)
Outras contas a pagar	14	-	(9.712)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	(67)
Investimentos em controladas	19	92.425	-
Aquisição de imobilizado	10	-	102.761
Financiamentos	15	-	(247.000)
Redução de capital social por meio de incorporação	17.b	<u>(92.425)</u>	<u>(92.425)</u>
Caixa proveniente da cisão parcial		-	279.387
Passivo de arrendamento	11		5.049
Ativo de arrendamento	11		(5.049)
Fornecedores	14	-	204.596
Aquisição de imobilizado	12	-	(204.596)

- (i) Reorganizações societárias realizadas, conforme apresentados na nota explicativa nº 1.2.
- (ii) Como parte do processo de reorganização societária, a Companhia verteu os ativos incorporados na controlada direta Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda, por meio de aumento de capital. A seguir saldos base do aumento de capital na investida direta:

27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	Consolidado					Total
	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030	
TUST/TUSD (a)	2.450	2.631	2.936	3.089	166.812	177.917
Seguros e garantias (b)	542	564	586	606	32.113	34.410
Contratos de (O&M) (c)	719	748	777	803	48.050	51.097
Arrendamento (d)	528	551	572	591	31.342	33.585
Outros (e)	1.104	1.067	1.011	1.116	40.636	44.934
Total	5.343	5.561	5.882	6.205	318.953	341.943

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *